



Folha

Metalúrgica



Boletim informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto

Setembro de 2017 - Edição n.º 447

Campanha Salarial: Bancada patronal dificulta avanços e sobe o tom para retirada de direitos

A Campanha Salarial deste ano anda a passos lentos. Os patrões estão irredutíveis para o avanço de direitos. É crescente o discurso de retirada de direitos e arrocho dos já existentes. Não podemos deixar que isso aconteça, precisamos nos mobilizar e resistir e lutar contra a classe patronal. É hora de mostrar nossas forças e lutar contra a retirada de direitos. Vamos lutar por nenhum direito a menos e preservar a Convenção Coletiva de Trabalho. Na **página 3**, você confere um resumo da Campanha Salarial 2017.



Representantes dos trabalhadores(as) durante rodada de negociação

4º Encontro Nacional dos Trabalhadores(as) com Deficiência da CUT



Nos dias 21, 22 e 23 de setembro, acontecerá em São Paulo o 4º Encontro Nacional dos Trabalhadores(as) com Deficiência da CUT. Na ocasião, participará do evento o diretor dos Metalúrgicos de Salto, Valter Luiz, responsável pela Secretária de Inclusão Social do Sindicato e Coordenador do Coletivo Nacional dos Trabalhadores com deficiência da CUT.

Contra retirada de direitos, metalúrgicos farão protesto nacional dia 14

Crédito: Edu Guimarães/SMABC



Os metalúrgicos de todo o Brasil vão fazer, em 14 de setembro, um Dia Nacional de Luta, Protestos e Greves contra a retirada de direitos imposta pela reforma trabalhista, contra a reforma da Previdência e a lei da terceirização irrestrita.

A data foi divulgada na terça-feira, 22 de agosto, em coletiva à imprensa, pelas entidades nacionais da categoria ligadas a seis centrais sindicais e faz parte de um calendário de mobilização para resistir aos ataques sofridos pelo governo golpista contra a classe trabalhadora e o país.

“Os protestos do dia 14 de setembro serão a primeira ação unitária desta articulação conjunta. No dia 29 de setembro realizaremos uma plenária nacional para definir os próximos passos da mobilização”, explicou Loricardo de Oliveira, secretário geral da Confederação Nacion-

al dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT).

A ideia é inviabilizar, na prática, a lei que alterou mais de uma centena de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e não permitir redução de direitos nas negociações das campanhas salariais, como as que já foram iniciadas em São Paulo e no Paraná, entre outras regiões.

“É de extrema importância que essas ações contra as reformas sejam unificadas e estejam presentes na agenda de negociação da Campanha Salarial. Além disso, queremos aprovar cláusulas de salvaguarda, que garantirão o compromisso entre as partes para debater a reforma trabalhista com o tempo e atenção que essa pauta merece”, destacou Adilson Faustino (Carpinha), secretário geral da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT/SP (FEM-CUT/P).

A entidade está conduzindo a campanha salarial da categoria, que tem data-base em 1º de setembro. “Esta é a oportunidade de demonstrar que não aceitamos a retirada de direitos”, avaliou Carpinha.

A mobilização contra a redução de direitos também será debatida no Congresso Nacional Extraordinário da CUT, que acontece entre os próximos dias 28 e 31, conforme anunciou o secretário geral da central, Sérgio Nobre.

“Foi com muita luta que os trabalhadores conquistaram seus direitos. E será com muita luta que não deixaremos que eles sejam retirados. Não há outra alternativa senão resistirmos às reformas articuladas entre este governo golpista e as entidades dos empresários”, finalizou Loricardo. (Fonte: Assessoria de Imprensa da CNM/CUT)

Sindicalize-se



**Benefícios
Conquistas
Lutas
Direitos**

**O Sindicato é a Casa do Trabalhador
Não fique só.
Fique Sócio!**

EDITORIAL

O governo golpista de Michel Temer continua a tramar contra a classe trabalhadora. Após a vitória na votação da reforma trabalhista, agora confabula com os deputados e senadores golpistas, à aprovação da reforma da previdência.

A justificativa do governo para a reforma da Previdência é a redução do rombo na Previdência e o déficit no sistema previdenciário que aumenta a cada ano. Segundo dados do governo o déficit previdenciário é exorbitante. No entanto, esse déficit é duvidoso, tendo em vista a Desvinculação das Receitas da União (DRU); a péssima gestão do sistema de arrecadação e cobrança; a renúncia e sonegação fiscal, à corrupção; a lentidão da Justiça Federal; salários altos de juizes, promotores e servidores públicos e a aposentadoria de deputados, senadores e congressistas.

Sabemos que a reforma da Previdência é necessária e representa um desafio para o futuro. No entanto, o que temos presenciado é uma busca rápida e imediata para os problemas de má gestão dos recursos públicos, irresponsabilidade fiscal e desvio de verbas gerando a supressão de direito previdenciário, ferindo o princípio do não retrocesso social e a própria Constituição.

O texto para a reforma, não representa a necessidade do povo brasileiro e nem a justiça social. Estão sendo retirados diversos direitos dos trabalhadores e dos mais pobres, que em muitos casos, pelas novas regras, sequer irão poder desfrutar da aposentadoria.

Existem uma série de atrocidades, que não

podem ir adiante. Entre elas, a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, a obrigatoriedade de 49 anos de contribuição mínima para ter direito a aposentadoria integral, a possibilidade de pensões por morte com valores abaixo do salário e a idade mínima de 70 anos para ter direito ao Benefício de Prestação Continua, benefício justamente de auxílio as pessoas no estado de miserabilidade.

Ou seja, tornando a possibilidade de ter acesso aos benefícios previdenciários mais duros e quase impossíveis, em alguns casos.

Assim, companheiros (as), não podemos pensar na reforma da previdência como um problema futuro. A reforma nos afetará a partir do momento em que for aprovada. Seremos duramente prejudicados, assim como já começamos a sentir os reflexos da reforma trabalhista.

Nossa Campanha Salarial vem enfrentando grandes entraves, por conta das redações dessa reforma que só prejudicou os trabalhadores, e favoreceu a classe patronal.

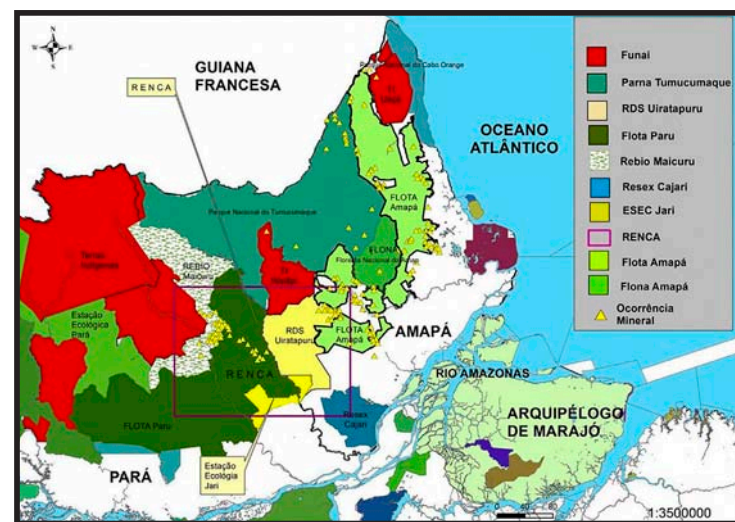
A reforma da previdência, é algo que afeta a todos. Temos que sair às ruas, e mostrar nosso descontentamento. Não podemos deixar que, empurrem mais essa reforma para nós. Todos os trabalhadores, das mais diversas áreas serão afetados. Apenas os ricos, àqueles que possuem estabilidade econômica vão poder se beneficiar da reforma. Estes possuem uma série de opção para investimentos, que possibilitam trabalharem com o dinheiro e fazer renda.

Os bancos, tentarão a todo custo, lucrar com a reforma, oferecendo a previdência privada e assim gerando mais lucros e menos produção.

Precisamos nos unir e lutar como mais essa prejudicial reforma.

É hora de resistir e lutar!

Juiz federal suspende qualquer decreto sobre extinção da Renca na Amazônia



O juiz Rolando Spanholo, da 21ª Vara Federal de Brasília, determinou a suspensão dos efeitos de “todo e qualquer ato administrativo tendente a extinguir a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca)”. A reserva foi extinta por decreto do governo federal no último dia 23 de agosto.

O magistrado atendeu a um pedido feito em ação popular aberta pelo cidadão Antônio Carlos Fernandes, segundo a qual a área de proteção não poderia ser extinta por meio de decreto, mas somente por projeto de lei, como previsto na legislação ambiental.

Spanholo destacou que o Artigo 255 da Constituição determina que áreas de proteção ambiental, e expressamente as que fiquem na região da Floresta Amazônica, só podem ser modificadas por projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

Após descrever o texto constitucional, o juiz afirma que “o nosso Constituinte deixou expresso que, após outubro de 1988, somente lei em sentido formal poderá impor mudanças na forma de utilização dos recursos naturais”.

A decisão liminar do juiz foi proferida ontem (29), um dia depois de o governo federal anunciar que vai revogar o decreto da semana passada, para substituí-lo por um novo, mais detalhado, no qual pretende deixar claro não ser possível a exploração mineral em áreas indígenas ou outras áreas de conservação abarcadas pela Renca.

Para o juiz, o recuo anunciado “seria apenas pontual (para explicitar garantias contra o desmatamento em massa etc.), isto é, que estaria mantido o propósito central da medida impugnada pelo autor: a extinção da Renca por meio de simples ato administrativo, sem a observância da garantia constitucional”.

Por meio de comunicado enviado à imprensa, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que vai recorrer da decisão.

Repercussão negativa

A extinção da Renca por meio de decreto gerou questionamento de ambientalistas, celebridades, da população e da mídia internacional. “Vergonha! Estão leiloando nossa Amazônia! Não podemos destruir nossas áreas protegidas em prol de interesses privados”, escreveu no Twitter a modelo brasileira Gisele Bündchen dias depois da edição do decreto. Até o momento, a mensagem recebeu 9,2 mil curtidas e 6,6 mil retuites.

A área de proteção foi criada em 1984 pelo governo de João Figueiredo, último presidente do período militar. Na ocasião, foi definida a proteção da área de 47 mil quilômetros quadrados (km²), incrustada em uma região entre os estados do Pará e do Amapá.

Desde então, a pesquisa mineral e a atividade econômica na área passaram a ser de responsabilidade da Companhia Brasileira de Recursos Minerais (CPRM – Serviço Geológico Brasileiro) ou de empresas autorizadas pela companhia. Além do cobre, estudos geológicos apontam a existência de ouro, manganês, ferro e outros minérios na área.

Trabalhadores da Delta Star Conquistam PPR 2017



Após muita RESISTÊNCIA, UNIDADE e LUTA, os trabalhadores da empresa Delta Star conquistam PPR 2017 (Programa de Participação nos Resultados). Isso só foi possível graças a união e mobilização dos trabalhadores e confiança no Sindicato dos Metalúrgicos de Salto, que os representa.

Sindicato forte é aquele que está sempre ao lado do trabalhador e que tem o trabalhador ao seu lado, essa é a fórmula para que a classe trabalhadora continue avançando nos seus direitos.

É o Sindicato dos Metalúrgicos de Salto trabalhando por você!

Agregando conhecimento



A Diretora Magailda participou, no dia 15 de agosto, de um seminário em Pindamonhangaba, levando proposta construtivas em defesa das mulheres e discutindo os pontos das reformas trabalhistas.

Seminário sobre a Reforma Trabalhista



A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto, esteve reunida durante os dias 11 de agosto, para estudar e aprofundar-se na Nova Lei Trabalhista que já foi sancionada e entrará em novembro de 2017.

O objetivo principal do encontro, foi passar aos diretores, as alterações ocorridas na Lei Trabalhista, mostrar como será a condução a partir de novembro e, preparar a direção e funcionários, para o atendimento aos trabalhadores(as). O seminário foi conduzido pelo Departamento Jurídico do Sindicato.

Trabalhadores da Infertec conquistam PPR



Após a união e mobilização dos trabalhadores (as) da Infertec, no dia 28 de agosto, aconteceu a conquista do PPR (Programa de Participação nos Resultados). Mais um vez os companheiros(as) mostraram a força do trabalhador, conseguindo avançar na conquista. O Sindicato dos Metalúrgicos de Salto parabeniza pela conscientização dos companheiros(as) por mais esta vitória.

Atenção metalúrgicos (as)

Se a sua empresa ainda não iniciou as negociações PPR (Programa de Participação nos Resultados) de 2017, ligue no sindicato, no fone 4602-5890, falar na Secretaria Geral. Iremos notificar a empresa e questionar o motivo da não negociação.

Festa do Zé do Algodão Doce

No próximo dia 15 de outubro, será realizado, no Sindicato dos Metalúrgicos de Salto, a tradicional festa do Zé do Algodão Doce, em comemoração aos 23 anos de trabalho em Salto. A festa terá início às 9h e seguirá até às 19h.

A praça de alimentação será composta por: pizzas, lanches de pernil, cachorro quente, pão de queijo e refrigerante. Além do delicioso algodão doce.

Haverá premiação para as três melhores frases, com o tema: “ Algodão Doce”.

No período das 9h às 17h, funcionará o setor de recreação, com balão pula-pula, cama elástica, tobogã, piscina de bolinha.

Teremos a participação de Banda Musical, Coral de Vozes, Duplas Sertanejas, Dança do Ventre, Grupo de Dança, Cantor Gospel, Grupo de Pagode, Grupo de Zumba, Ginástica Rítmica fanfarra, dentre outras atrações.

A entrada é franca e a renda dos alimentos vendidos será revertida para as seguintes entidades: Cadi Brasil Diversidade Inclusão, Bairro Maria José, Casa da Criança e Bairro Rondon.

Venha, participe! Vamos passar horas de descontração e diversão.

Bancadas patronais atacam, buscam retiradas de direitos e desrespeitam os trabalhadores(as)

Sinafer

Na tarde da terça-feira, 15 de agosto, a FEM-CUT/SP, realizou a segunda rodada de negociação com o Sindicato da Indústria de Artefatos de Ferro, Metais e Ferramentas em Geral no Estado de São Paulo, o SINAFER.

Seguindo o plano de trabalho aprovado durante a primeira rodada, as bancadas debateram as cláusulas pré-existentes, e avançaram nas reivindicações de aprimoramento da cláusula do Auxílio Funeral.

A bancada patronal sinalizou positivamente sobre a cláusula de salvaguarda que garante o compromisso de debate entre as bancadas a partir do início da vigência das alterações da reforma trabalhista.

Sicetel

A FEM-CUT/SP, voltou a se reunir com a bancada patronal do Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos, o Sicetel, na manhã da quarta-feira, 16 de agosto. O debate aconteceu na sede do sindicato patronal, na FIESP, em São Paulo.

Conforme o plano de trabalho que foi aprovado durante a primeira rodada de negociação, as bancadas debateram as cláusulas sociais pré-existentes. A cláusula do Emprego Apoiado, que favorece a contratação de trabalhadores/as com deficiência, foi a mais debatida. A proposta da FEM-CUT/SP prevê o envolvimento da Associação Brasileira de Emprego Apoiado, a ABEA, que reúne um banco de dados de pessoas com deficiência, insere e acompanha esse trabalhador(a) no mercado até que ele esteja habituado e preparado para a execução da tarefa. A reivindicação de melhora na cláusula do auxílio funeral também avançou. A bancada patronal irá propor uma redação.

Pleiteada pela bancada dos



trabalhadores(as) há 2 anos, a cláusula compromissória da Negociação Permanente foi aceita pela bancada do Sicetel. Nesse sentido, um dos objetivos da negociação permanente é alcançado, que é apresentar nossas demandas e debate-las de forma responsável.

Grupo 3

Na tarde desta terça-feira, 22 de agosto, aconteceu a quarta rodada de negociação entre a FEM-CUT/SP, e o Grupo 3 – Peças, Parafusos e Forjaria. O encontro foi realizado na sede do Sindipeças em São Paulo.

Na oportunidade as bancadas debateram o rol de cláusulas novas, que reivindicam garantias aos trabalhadores(as) em vias de aposentadoria, com procedimentos cirúrgicos agendados, estabilidade de 180 dias aos pais biológicos ou adotantes e também estabilidade de 7 meses para gestantes. Outra cláusula que trata da saúde do trabalhador são as tarefas do Cipeiro. A bancada dos trabalhadores(as) reivindica que a CIPA tenha prerrogativa de notificar a empresa em situações de risco grave ou iminente. A bancada patronal afirma que isso não compete ao cipeiro. Todas as reivindicações de cláusulas sociais, apresentadas pela bancada dos trabalhadores, não foram sequer acatadas.

Total desrespeito aos trabalhadores(as), pois eles se

negam à aceitar para iniciar o debate.

Apesar de já ser realidade em muitas empresas do Grupo 3, a Jornada de 40 horas foi negada pela bancada patronal.

Grupo 8 - 2

Na manhã da quinta-feira, 24 de agosto, a FEM-CUT/SP, realizou a terceira rodada de negociação com o Grupo 8-2, que reúne os segmentos de trefilação, laminação, esquadrias e construções metálicas e também a terceira rodada com a Estamparia. O encontro com os grupos patronais aconteceu na sede da Federação, em São Bernardo do Campo.

Ambas bancadas patronais finalizaram a apreciação das reivindicações dos trabalhadores/as e sinalizaram positivamente para assinatura da convenção. As bancadas também sinalizaram para a assinatura da cláusula compromissória da Negociação Permanente e da cláusula de salvaguarda, que tem como objetivo o compromisso de debate entre as partes sobre a Reforma Trabalhista e a Terceirização Irrestrita.

Para aprofundar o debate sobre a cláusula do Emprego Apoiado, que auxilia a contratação de pessoas com deficiência, Jesus Carlos, presidente da ABEA, Associação Brasileira de Emprego Apoiado, participou da rodada com o Grupo 8-2 para explicar



como funciona esta ferramenta. O emprego apoiado atua com um banco de dados que reúne um cadastro de pessoas com deficiência e com detalhes sobre suas aptidões.

Fundição

Na manhã desta sexta-feira, 25 de agosto, a FEM-CUT/SP, realizou a segunda rodada de negociação com a bancada da Fundição na sede da Associação Brasileira de Fundição (ABIFA), em São Paulo.

A bancada patronal reafirmou o compromisso com a mesa de negociação permanente, da qual é signatária há duas Campanhas Salariais, e sinalizou para a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho. Outro aceno positivo por parte da Fundição, foi o compromisso de assinatura da cláusula de Salvaguarda.

Grupo 10

Na manhã da segunda-feira, 28 de agosto, a FEM-CUT/SP, realizou a segunda rodada de negociação com o Grupo 10, que reúne empresas inorgânicas em sindicatos da FIESP, na sede da entidade na capital paulista.

A FEM-CUT/SP fez, novamente, a defesa da cláusula de salvaguarda para a bancada patronal. Esta cláusula tem como objetivo garantir o debate sobre a Reforma Trabalhista quando as alterações propostas por ela forem regulamentadas. Os patrões irão analisar a proposta e devem se

posicionar no próximo encontro.

A bancada patronal rejeitou a reivindicação da Ultratividade, que garantia a validade da última convenção até que uma nova fosse assinada, e também a vigência por dois anos da Convenção Coletiva que está sendo construída nesta data-base. O debate sobre as reivindicações nas cláusulas pré-existentes também não obteve avanço.

Durante esta segunda rodada, a bancada patronal apresentou suas reivindicações. Entre os direitos atacados estão a solicitação de alteração da multa diária por atraso de pagamento para multa por ocorrência; alteração nas formas de contratação de mão de obra temporária; cláusula do acidentado e portador de doença profissional e já se utilizando das regras estabelecidas pela reforma trabalhista, alteração na concessão de férias.

Estamparia

Assim como em outros grupos, a rodada de negociação com o Sindicato Nacional da Estamparia (Siniem), estabeleceu um plano de trabalho para debater as reivindicações dos trabalhadores (as) e também foi solicitado a assinatura de uma cláusula de salvaguarda, que se aceita, poderá garantir, negociações específicas sobre os impactos da reforma trabalhista quando as mudanças entrarem em vigor, em novembro de 2017.

Sorteio do Mês



Todas as reivindicações de cláusulas sociais, apresentadas pela bancada dos trabalhadores, não foram sequer acatadas. Total desrespeito aos trabalhadores(as), pois eles se negam à aceitar para iniciar o debate. **Obs.: Os sócios participam automaticamente dos sorteios mensal.**

Qualificação profissional



No dia 21 de agosto, aconteceu na sede dos Metalúrgicos de Salto, o Workshop de qualificação, com a presença de Fabiano Coruja e promovido pelo Nardo do Corte. Na oportunidade, vários barbeiros de Salto estiveram presentes qualificando-se.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Salto parabeniza a iniciativa do Nardo do Corte.

**RESISTÊNCIA
UNIDADE E LUTA**

25
anos
FEM



Reforma da Previdência: de fato quem deve pagar a conta?

Com a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 287 o governo pretende realizar diversas alterações na Previdência Social, e consequentemente nos direitos relacionas as aposentadorias no país.

Dentre as diversas alterações inicia-se com a intenção de fixar a idade de 65 anos para aposentadoria; eleva o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos na aposentadoria por idade; segurados com mais de 50 anos de idade, se homem e 45 anos de idade, se mulher, terão regras mais brandas na transição; a regra de transição visa reduzir o prejuízo daquele está perto da aposentadoria.

- Como funciona? Quem estiver com 50 anos ou mais (homens) e 45 anos ou mais (mulheres) poderá se aposentar pelas regras atuais, pagando pedágio de 50% sobre o tempo que faltava para a aposentadoria (se for um ano, por exemplo, terá de trabalhar um ano e meio), o problema é que a regra esta vinculada a uma idade mínima, que também aumento com o passar do tempo.

Vale destacar, que a regra de transição é um dos pontos principais, devendo ser observada com o devido cuidado, pois é ela que atingirá todos aqueles que já contribuem, mas que ainda não completaram os requisitos para a aposentadoria.

Cálculo do benefício

• O governo com a Reforma pretende alterar a fórmula de cálculo do benefício visando e pressionar o trabalhador a contribuir mais tempo para melhorar o valor a receber.

• O benefício será calculado com base em 51% de 80% das melhores contribuições mais um ponto percentual a cada ano pago. Para se aposentar com 100% do benefício, será preciso contribuir 49 anos. **85/95?**

• A fórmula 85/95 que vincula a idade + o tempo de contribuição para um benefício a 100% tinha previsão para durar até 2026, mas com a reforma vai acabar, o que evidentemente é um prejuízo ao segurados que estão próximos da aposentadoria.

• Com as mudanças, a aposentadoria exclusivamente por tempo de contribuição no setor privado vai acabar.

Funcionários Públicos

• O que muda para os funcionários públicos?
• O governo excluiu servidores estaduais e municipais, inclusive professores e policiais civis.
• Inicialmente, a proposta incluía funcionários de todos os âmbitos, mas agora as mudanças ficarão restritas aos federais e trabalhadores do setor privado (INSS).

• A idade mínima também vai subir para 65 anos (ante 60 anos/homem e 55/mulher).

Poder Legislativo

• A PEC enquadra novos ocupantes de cargos políticos (senadores e deputados eleitos em 2018) nas mesmas regras do INSS.

• Hoje, eles seguem a lógica do setor público (60 anos de idade e 35 anos de contribuição).

• Para quem já foi diplomado, valerão as regras de transição e caberá a cada ente definir a sua, com idade mínima de 55 anos.

Pensão por Morte

• A pensão por morte, que é integral hoje, deve ser reduzida para 50%, mais 10% por dependente, para todos os segurados (INSS e serviço público).

• As pensões não poderão mais ser acumuladas com outros benefícios.

BPC (LOAS)

• Hoje, idosos (65 anos) ou deficientes de baixa renda têm direito a um benefício assistencial mesmo sem nunca terem contribuído.

• A idéia é desvincular este benefício da política de reajuste do salário mínimo, que permite ganhos reais. Os benefícios seriam reajustados só pela inflação.

• A idade deve subir de 65 anos para 70 anos.

Motivos

• Supostamente a Previdência registra rombo crescente: gastos saltaram de 0,3% do PIB, em 1997, para projetados 2,7%, em 2017. Em 2016, o déficit do INSS chega aos R\$ 149,2 bilhões (2,3% do PIB) e em 2017,

está estimado em R\$ 181,2 bilhões.

• Sustenta-se que a média de expectativa de sobrevida da população de 65 anos, que em 1980 era de 12 anos, em 2015 aumentou para 18,4.

• Sustentam ainda que o Brasil é um dos países que possuem a menor idade média de aposentadoria, que é de 59,4, enquanto que a média nos países da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico é de 64,6 anos.

Contrários à Reforma

• Segundo àqueles que são contra a Reforma, os principais pontos são:

- O Rombo da previdência seria um “mito criado” para esconder a irresponsabilidade do Estado, frente às renúncias fiscais, desonerações e desvios de receitas, além da ineficiência da cobrança dos devedores;

- As renúncias e desonerações estariam beneficiando apenas empresários, comprometendo o financiamento dos benefícios.

- Defendem ainda que a Seguridade Social, ou seja, àquele composto por Saúde, Previdência e Seguridade Social no país é superavitário;

- As contribuições advêm da contribuição dos empregados, das empresas, dos trabalhadores autônomos, do Cofins/PIS/Pasep, CSLL, Loterias e outras;

- Segundo informações em 2015 a somatória destas receitas chegou a R\$ 675 bilhões, enquanto que as despesas nestas áreas foi de R\$ 659 bilhões.

Qual é a solução?

• Estudiosos do tema defendem, que antes da reforma o correto seria uma AUDITORIA no sistema da Seguridade Social, e principalmente na Previdência Social, pois somente a partir desta, seria possível estabelecer os parâmetros efetivos de solução.

• Mas as questões que ficam são:

- Esta verificação das contas é interessante aos governantes?

- Seria realmente realizada?

Dr. Cleber Matiuzzi
Advogado

Vem chegando o Verão !!! Colônia de Férias

Venha passar momentos de descontração e lazer, na Colônia de Férias da FEM-CUT/SP.
Apartamentos com geladeira, micro-ondas, fogão, TV e Beliches.



Apartamentos para 4 ou 5 pessoas.

Informações: Sindicato dos Metalúrgicos de Salto

Fone (11) 4602-5890 - Rua Antônio Vendramini, 258 – Vila Teixeira

2º Campeonato de Truco

Atenção associados!
As inscrições para o 2º Campeonato de Truco estarão abertas no período de 05 a 25 de setembro. Para se inscrever basta dirigir-se até o Sindicato, ou procurar o diretor de base da sua empresa. Os diretores também estarão percorrendo a base e realizando as inscrições.

RANCHO DA LAGOA
Restaurante & Pesqueiro
11 96250-4948

O seu ponto de encontro com a natureza e a diversão.

- Restaurante
- Pratos Executivos aos Sábados
- Buffet à vontade aos Domingos das 12h00 as 15h00
- Música ao Vivo todos os Domingos
- Lagos para pesca
- Piscinas
- Playground
- Pedalinhas
- Salão para Eventos

Rua das Glicínias Jd. Iracema - Salto (Estrada Municipal Salto/Elias fausto) (Antigo Pesqueiro Arvani)
11 96250-4948

Localização: QR CODE
GPS-23.134048,-47.327948

Legenda:
Acesso ao sair da Rodovia Santos Dumont
Parqueiro Cidades
Distância do Local
Referência Pontos Locais
Percurso até o Local

Mardo Du Corte
Corte Masculino

Coloque um estilo em você!

Rua José Almeida Teixeira Filho
Salto - Fone (11) 99732-2733